

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A infertilidade é definida como a *“incapacidade de um casal conceber ou levar a bom termo uma gravidez, depois de pelo menos um ano de relacionamento sexual regular sem qualquer proteção”*, e acontece com bastante frequência na vida de muitos casais.

Perante um diagnóstico de infertilidade, o casal tem a possibilidade de recorrer às técnicas de procriação medicamente assistida. Diagnóstico que poderá ser dispensado no caso das mulheres sozinhas, que de igual modo pretendam socorrer-se das referidas técnicas.

Reconhecendo-se que demos passos importantes nesta matéria verifica-se, contudo, que indicação para as técnicas de procriação medicamente assistida nem sempre encontra a resposta mais eficaz.

Se os problemas e atrasos já se faziam sentir nas consultas e tratamentos, o atual contexto de pandemia veio criar maiores dificuldades e demoras.

Têm-nos chegado preocupações com o impacto da COVID-19 no acesso aos tratamentos de procriação medicamente assistida no SNS, tendo-se registado o encerramento quase total da atividade durante os meses de março e abril.

De acordo com informação tornada pública pela Sociedade Portuguesa de Medicina de Reprodução verificou-se o *“adiamento de dois mil tratamentos contra a infertilidade. E o tempo de espera aumentou de um ano para ano e meio”*.

Com a paragem total no início da pandemia muito dificilmente serão retomados os dois mil tratamentos que foram suspensos.

É conhecida a importância que o tempo assume no recurso às técnicas de procriação medicamente assistida, em particular para as mulheres com idade acima dos 38 anos sendo comumente sabido que a taxa de sucesso cai de uma forma muito significativa em cada seis meses.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério da Saúde, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Como avalia a situação descrita?
2. Confirma a suspensão de mais de dois mil tratamentos de infertilidade?
3. Qual o tempo de espera para aceder às técnicas de procriação medicamente assistida?
Solicitamos informação por centro público de procriação medicamente assistida.
4. Quantos beneficiários estão em lista de espera para tratamentos? Solicitamos informação por centro público de procriação medicamente assistida.
5. Quantos profissionais de saúde estão alocados aos centros públicos de procriação medicamente assistida? Solicitamos informação por grupo profissional e por centro.
6. Quantos profissionais de saúde são necessários para assegurar o adequado funcionamento dos centros públicos de procriação medicamente assistida, de forma a pôr fim aos atrasos no acesso aos tratamentos? Solicitamos informação por grupo profissional e por centro.
7. Reconhece que os referidos atrasos podem impedir que muitas famílias e mulheres consigam aceder aos tratamentos, para além de reduzir a taxa de sucesso?
8. Que medidas podem ser adotadas para amenizar os efeitos decorrentes da pandemia COVID-19, e que possam tranquilizar os casais com diagnóstico de infertilidade?
9. Pretende o Governo proceder à contratação dos profissionais de saúde em falta? Quando?
10. Está previsto o alargamento de centros públicos de procriação medicamente assistida? Onde e para quando?

Palácio de São Bento, 20 de outubro de 2020

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

JOÃO DIAS(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)